PERSEGUIÇÃO AO DEMÔNIO DE MOSCOU: O PAPEL DE INFLUÊNCIA DAS IGREJAS CRISTÃS NA CONJUNTURA DA TOMADA DE PODER DOS MILITARES DURANTE 1963-1967

Fábio G. dos Santos Maria[1]

[1] Graduado em História pela Universidade Sagrado Coração – Bauru/SP. Artigo apresentado sob orientação dos professores Dra. Lourdes Conde Feitosa e M.e Roger Martins Gomes.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar, por meio de pesquisas bibliográficas e em textos de jornais, o papel de influência das igrejas cristãs no Brasil na conjuntura da tomada de poder pelos militares no decorrer dos anos de 1963 a 1967. Muito se é estudado sobre o governo militar, temas como o milagre econômico, os anos de chumbo, repressão e tortura são amplamente pesquisados; o presente trabalho se lança na contramão e vai à conjuntura do golpe de estado realizado no ano de 1964 e busca responder a seguinte questão: a influência das igrejas cristãs foi preponderante para o apoio popular aos militares e para a tomada de poder realizada pelos mesmos? Essa pesquisa visa considerar a influência das igrejas cristãs no cenário político brasileiro nos primeiros anos do regime militar instalado em Março de 1964. A escolha de trabalhar todo o território nacional se deu devido ao pequeno número de protestantes neste período, sendo estudados movimentos isolados em diversas regiões brasileiras.

Palavras-chave: Governo militar. Influência. Igrejas Cristãs.

INTRODUÇÃO

Desde sua fundação como instituição, a Igreja Católica sempre influenciou na vida de seus fieis, moldando seus comportamentos e direcionando seus passos

> Foi ela a controlar as manifestações mais íntimas da vida dos indivíduos: a consciência através da confissão; a vida sexual através do casamento; o tempo através do calendário litúrgico; o conhecimento através do controle sobre as artes, as festas, o pensamento; a própria vida e a própria morte através dos sacramentos (só se nascia verdadeiramente com o batismo, só se tinha o descanso eterno no solo sagrado do cemitério). (FRANCO JUNIOR, 2011, p. 89).

No Brasil não foi diferente, nossa população de maioria cristã seguia fielmente os sacramentos ou dogmas de suas igrejas. No período estudado de 1963 a 1967, a população brasileira, segundo dados do IBGE de 1970, era composta por 97,0% de cristãos, sendo

91,8% de católicos e 5,2% de protestantes. No entanto, nos espantamos que o fiel que possui apenas o culto ou a missa semanal como alimento possa ser modelado pela igreja a ponto de influenciar suas condutas e decisões sociais e políticas. Para Coutrot (apud RÉMOND, 2003), devemos nos interrogar sobre o efeito produzido pelos ritos, o cerimonial, o cenário, os gestos obrigatórios, as posições prescritas, tudo isso vivido no seio de uma comunidade consensual.

A força política do cristão vem dos rituais e gestos ocorridos dentro da própria igreja. Ela, a igreja, é um corpo social, e sua organização possui mais de um traço em comum com a política. Seus ensinamentos não se limitam às paredes da igreja, mas refletem nas decisões tomadas por seus fieis e consequentemente em toda a sociedade. As mediações realizadas pelas igrejas moldam os comportamentos e a consciência de seus fieis, os dogmas, as normas, os gestos e rituais refletem de maneira consciente ou inconsciente nas ações realizadas pelos mesmos.

As igrejas não devem ser vistas apenas como local de encontro para realização de um culto ou de uma missa semanal, mas sim como corpos sociais, nelas se encontram diversos membros da sociedade, que seguem fielmente os ensinamentos de seus líderes religiosos.

> O fundamento de todas essas mediações reside no fato de que a crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço em comum com a sociedade política. Como corpos sociais, as igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda a vida pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fieis se submeter a eles. Definitivamente, nada do que concerne ao homem e outra a insistência em certos preceitos tenha eclipsado outros. (COUTROT apud RÉMOND, 1988, p. 334).

Como já citado acima, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mais de 96% da sociedade brasileira da época era formada por cristãos. Por ter esse número expressivo de fieis, as igrejas cristãs influenciaram a sociedade em todas as relações socioeconômicas do país, mostrando assim, a sua importância para a política brasileira, salvo que a igreja informa o político e o político estrutura a igreja, questionando assuntos que não se pode evitar, forçando-as a formularem expectativas e apresentando alternativas.

Diante desse cenário, as igrejas cristãs tiveram grande importância para o regime militar ocorrido no Brasil entre os anos de 1964 a 1985. Esse período é caracterizado pelo fato dos militares estarem na governança do país. Os anos da ditadura militar brasileira foram marcados pela falta de democracia, supressão dos direitos constitucionais, censura e perseguição política.

Neste artigo busco fazer uma reflexão sobre as formas de influência realizadas pelas igrejas cristãs e questiono o papel dessa influência no cenário político brasileiro no período da década de 1960. Teria sido preponderante a influência religiosa para o apoio popular ao regime militar e para tomada de poder? Para refletir sobre este questionamento, traço um panorama de como se deu o golpe de Estado e o papel de influência das igrejas cristãs nesse período.

A CONJUNTURA DO GOLPE DE ESTADO

Os anos da década 1960 foram marcados por diversos eventos políticos mundiais. No auge da Guerra Fria, que praticamente dividiu o planeta em dois blocos: um comunista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS e outro capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos da América, crescia o medo de uma expansão do comunismo e de uma terceira guerra mundial.

> A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos o lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitavam a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética. (HOBSBAWM, 1994, p.224).

Aqui no Brasil grandes agitações políticas também ocorreram. No ano de 1961, o então presidente da República, Jânio Quadros, renunciou ao seu cargo fazendo com que seu vice, João Goulart, tomasse posse da presidência da República.

Após subir ao poder, João Goulart, conhecido posteriormente como presidente Jango, inicia uma série de mudanças e tenta realizar acordos com o Congresso Nacional para que sejam aprovadas leis de cunho mais populares. As medidas tomadas pelo novo presidente, vistas como comunistas pela classe conservadora do país, faz com que os conservadores receiem um golpe comunista no Brasil. Os pensamentos reformistas e progressistas do presidente tiveram repercussão internacional, preocupando até os EUA, que começa a observar o Brasil mais atentamente.

> O ano de 1962 parece ser o marco zero das preocupações norte-americanas com o comunismo no Brasil. Nesse ano, a grande estrela do anticomunismo católico chegou ao Brasil, com pompa e circunstância. Sob o lema "A família que reza unida permanece unida", o padre Patrick Peyton veio ensinar como a família brasileira deveria esconjurar o demônio de Moscou apenas com o rosário nas mãos. Foi bem recebido pelas autoridades, teve facilidades de transportes pelo território brasileiro e reuniu multidões. A técnica do rosário contra o comunismo foi incorporada pelas classes médias em terras tropicais. (NAPOLITANO, 2014, p. 59).

Assim, João Goulart começa a perder apoio do Congresso Nacional e seus projetos sofrem grandes derrotas nas votações. Como medida para reverter essa situação, os aliados do presidente junto com os sindicatos organizam uma série de comícios que seriam realizados em diversas regiões do país, o último aconteceria em 1° de maio de 1964, dia do trabalhador.

O primeiro comício foi realizado em 13 de março de 1964, na Central do Brasil na cidade do Rio de Janeiro. O evento reuniu mais de 130 mil pessoas e teve grande repercussão na mídia. O Jornal do Brasil, influente jornal da época, em sua matéria de capa de 14 de março estampa em letras garrafais a seguinte manchete: 'Goulart decreta a desapropriação de terras, encampa refinarias e pede nova Constituição'. Essa manchete se refere aos decretos anunciados pelo presidente Jango em seu discurso.

Em sua explanação, que durou pouco mais de uma hora, Jango faz duras críticas aos democratas e ao seu modelo de democracia.

> Chegou-se a proclamar, até, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse a dona da democracia, e a proprietária das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por tais democratas.
> Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações.

> A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam. (GOULART, 1964).

João Goulart não se esqueceu da religiosidade do povo, chamando a atenção para o uso indevido dos sentimentos cristãos e enaltecendo os ensinamentos dos Santos Padres. O Papa citado pelo presidente Jango, João XXIII, reformou a igreja Católica, através da convocação de um concílio. O Concílio conhecido como Vaticano II, foi realizado entre 1962 e 1965.

> Ameaça à democracia não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo explorando seus sentimentos cristãos, mistificação de um indústria do anticomunismo, pois tentar levar o povo a se insurgir contra os grandes e luminosos ensinamentos dos últimos papas que informam notáveis pronunciamentos das mais expressivas figuras do episcopado brasileiro.
> O inovidável Papa João XXIII é quem nos ensina que a dignidade da pessoa humana exige normalmente como fundamento natural para a vida, o direito ao uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade privada a todos.
> É dentro desta autêntica doutrina cristã que o governo brasileiro vem procurando situar a sua política social, particularmente a que diz respeito à nossa reforma agrária.
> O cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios condenados pelos Santos Padres. Nem os rosários podem ser erguidos como armas contra aos que reclamam a disseminação da propriedade privada da terra, ainda em mãos de uns poucos afortunados. (GOULART, 1964).

O presidente também atacou a Constituição, vigente desde 1946, chamando-a de antiquada.

> Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, injusta e desumana: o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas. (GOULART, 1964).

Goulart anunciou em seu discurso a assinatura de dois decretos, o primeiro foi o da SUPRA, no qual seriam desapropriadas as terras dos latifundiários em torno de rodovias, ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União,

que estivessem inexploradas ou subutilizadas e transferidas para as mãos dos camponeses. O segundo decreto se referia a encampação de todas as refinarias particulares, assim as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e Destilaria Rio Grandense passaram a fazer parte da Petrobrás, ou seja, passaram a pertencer ao patrimônio nacional.

No mesmo instante em que acontecia o discurso do presidente Goulart, em algumas regiões do país aconteciam protestos pacíficos. O Jornal do Brasil trazia em suas páginas no dia 14 de março um protesto que ocorreu em São Paulo, no qual um grupo de mulheres católicas rezava o terço pedindo a Deus proteção da ameaça comunista que se instalara no país.

O comício foi visto pelos conservadores e religiosos da Direita como preparativos para um golpe comunista e em resposta era preciso sair às ruas em um evento maior que o do dia 13 de março. Assim, Napolitano (2014, p. 56) relata:

> A direita tampouco ficaria em casa, amedrontada. Era preciso responder à mobilização reformista com uma mobilização de rua muito maior ainda, que fizesse com que donas de casa, empresários, lideranças conservadoras civis e religiosas, jovens da burguesia e da pequena burguesia saíssem às ruas para protestar contra o governo. Para tal, foi escolhido o palco e a data. São Paulo, 19 de março. Dia de São José, padroeiro da família. O santo operário foi mobilizado, simbolicamente para trair a causa dos trabalhadores e marcar o dia dos reacionários em festa.

A marcha que ficara conhecida como Marcha da família com Deus pela Liberdade, reuniu mais de 500 mil pessoas que tomaram as ruas do centro da cidade de São Paulo. Patroas e empregadas, religiosos e lideranças de classe lado a lado contra a ameaça do comunismo. Com o apoio de mais de 100 entidades civis, a passeata foi organizada pela União Cívica Feminina, uma das organizações femininas conservadoras e anticomunistas do Brasil na época.

A imprensa também marcou presença na passeata. O Jornal do Brasil, em sua edição do dia 20 de março, noticiou a marcha em sua matéria de capa, como mostra a Figura abaixo:

Figura 1 - Passeata de 500 mil em São Paulo defende o regime



Passeata de 500 mil em São Paulo defende o regime

DEMOCRACIA NA PRAÇA

A Praça da Sé foi pequena para abrigar a multidão que compareceu ao comício em defesa da Constituição

Fonte: Jornal do Brasil (1964).

Em seu texto destaca como objetivos da Marcha da família a defesa da Constituição e das instituições democráticas brasileiras e o repúdio ao comunismo. Segundo o jornal, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi a maior manifestação popular já realizada na capital paulista. A marcha teve início na Praça da República ao som das clarinadas dos Dragões da Força Pública e se dirigiu para a Praça da Sé, sendo recebida pelo repicar dos sinos de todas as igrejas.

Os discursos foram proferidos em frente à Igreja da Sé, tendo como alguns oradores o senador Auro de Moura Andrade, o deputado Herbert Levi e o senador Padre Calazans. O jornal ainda destaca as palavras do governador Ademar de Barros dirigida às mulheres da Campanha da Mulher pela Democracia, que diz: 'agora, só Deus, só a Virgem podem salvar-nos. Agora está feito. O nosso dispositivo, porém, também está pronto. '

Diante disso, comenta Napolitano (2014) 'em nome de um civismo conservador e de um catolicismo retrógrado, a marcha mirava o comunismo, mas queria o reformismo. E nisso foi bem-sucedida.'

Os últimos ocorridos proporcionaram uma efervescência no cenário político brasileiro, na noite de 31 de março, Jango perdeu um importante aliado o general Amaury Kruel, que apenas o apoiaria caso o presidente se afastasse dos sindicatos e reprimisse os movimentos sociais. Neste mesmo dia, San Tiago Dantas comunica João Goulart que os EUA estão

prontos para reconhecer o "governo provisório" e intervir militarmente. Jango então busca refúgio no Rio Grande do Sul para tentar articular uma saída política.

Em 1º de abril a rebelião militar se amplia até se transformar em um golpe de Estado, no entanto, como relata Napolitano (2014), o golpe não veio dos tanques e soldados rebelados, mas da instituição que deveria preservar a legalidade institucional.

Diante disso, em 2 de abril as forças conservadoras do Congresso Nacional declaram vacante a presidência da República, mesmo com o presidente em solo brasileiro. Com o país sem presidente, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, toma posse da presidência e em 15 de abril em uma sessão conjunta do Congresso Nacional é eleito Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco presidente do Brasil com 361 votos. Seu governo dura até março de 1967.

A tomada de poder pelos militares foi vista pela classe conservadora e eclesiástica como solução ao perigo do comunismo no Brasil. A Igreja Presbiteriana do Brasil tomou atitudes para que comunistas não infiltrassem em seu meio, para isso utilizou-se de mecanismos de exclusão, dominação e manutenção de poder. Essas medidas foram tomadas, pois segundo a versão oficial:

> [os comunistas] infiltravam-se na igreja e ameaçavam a preservação tanto da ortodoxia e pureza da fé, quanto da ortopraxia, isto é, a maneira correta do crente se comportar frente à sociedade, herança do ideal do comportamento religioso puritano. (PAIXÃO JUNIOR, 2014, p. 41).

O apoio da Igreja Presbiteriana do Brasil ao regime militar foi de imediato, seu discurso religioso contribuía para a naturalização das políticas relacionadas ao período, incorporando tais realizações aos desígnios divinos, como: "Deus quis"; "dogmas da predestinação"; "vontade de Deus" entre outros.

O apoio ao governo militar era tão significativo que se tornou parâmetro para reconhecer quem era considerado "verdadeiro cristão", ou seja, só era reconhecido como cristão presbiteriano aquele que era favorável ao regime recém-instalado. Valdir Júnior nos traz as palavras de Oscar Chaves, pastor presbiteriano, publicadas no jornal Brasil Presbiteriano em 8 de Maio de 1964 sobre os acontecimentos da época

> Todos os verdadeiros cristãos se regozijaram e estão regozijando com os resultados da gloriosa revolução de março-abril: o expurgo dos comunistas e

> seus simpatizantes, da administração do nosso querido Brasil. A providência de Deus se fez sentir na hora certa, quando muitos fieis, já ansiosos e temerosos, pensavam que a nação teria de ser flagelada pela horda dos anarquistas e materialistas – Deus agiu na hora certa, repetimos usando a coragem e o patriotismo das Forças Armadas e de civis. (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO apud PAIXÃO JUNIOR, 2014, p. 43).

Com base nisto, todos que pensavam contrários a suposta "verdade doutrinária" definida pelo fundamentalismo eram tidos como inimigos da sã doutrina e deveriam ser combatidos. Tal fundamentalismo transportava o demônio, o inimigo da fé para o inimigo do país: o comunismo. Assim, o inimigo da fé se convertera no inimigo político e vice-versa. Agora, ambos, religião e política combatiam o mesmo inimigo.

A Igreja Presbiteriana do Brasil, como pode-se perceber, possuía em seu interior um fundamentalismo conservador, que tinha como missão a defesa e preservação de sua fé que vai contra as transformações trazidas pelo modernismo como nos diz Pierson, (1974, apud PAIXÃO JUNIOR, 2014, p. 47):

> A Igreja Presbiteriana do Brasil deseja apenas ser grande e digna de sua tradição se continua intransigente em sua fidelidade à doutrina dos Apóstolos e repele invações doutrinárias do indesejado modernismo (...) o preço da verdade doutrinária ortodoxa é intransigência eterna.

Postura semelhante foi adotada pela Igreja Batista da Bahia, que sempre mostrou apoio irrestrito às autoridades constituídas, ao mesmo tempo em que se esforçava para manter distanciamento entre a Igreja e o Estado. Em 31 de maio de 1964 foi publicado pelo periódico O Jornal do Batista o documento A Igreja e Face das Injunções Políticas, tal documento serviria de base para o comportamento batista diante do novo cenário político nacional como comenta Almeida (2014, p. 84):

> O documento intitulado A Igreja e Face das Injunções políticas, contou com ampla divulgação e pretendia servir de orientação doutrinária aos batistas brasileiros. Entretanto, apesar de teoricamente representar a decisão da Denominação Batista em manter-se alheia a toda e qualquer forma de expressão política, na prática, ele cumpriu a função de encobrir a intensa atuação batista junto ao Governo Militar.

Almeida (2014) ainda destaca dois pontos sobre o referido documento. O primeiro relacionado ao fato da igreja reafirmar que da mesma forma que a igreja não deve interferir

nos assuntos políticos, o Estado não deve interferir nos assuntos eclesiásticos, representando assim, o distanciamento entre as duas esferas desejada pelos batistas. O segundo ponto salientado pela autora é o fato do documento apresentar que alguns sistemas políticos possuem princípios "inaceitáveis para os cristãos", referência clara ao comunismo. Neste ponto, o documento parece se contradizer, pois ao mesmo tempo em que mostra que certo distanciamento entre a igreja e a política deve ocorrer, ele cita regimes políticos em que os batistas não devem aceitar.

Segundo Almeida (2014) havia quatro formas de atuação da igreja Batista baiana em se relacionar com o novo governo: a primeira delas é a ocorrência de propagandas e ações por parte dos líderes da Denominação Batista que defendiam a intervenção militar no poder; outra forma da atuação da igreja foi seu posicionamento anticomunista exposto pela imprensa Batista e pelos pronunciamentos de seus pastores; a terceira maneira é marcada pela barganha e pelo clientelismo entre os batistas e o governo estadual e por fim, a quarta maneira de relação entre a igreja e o governo militar é marcada pelos protestantes progressistas contrários ao conservadorismo do grupo majoritário.

Diante deste apoio, os batistas utilizaram de sua imprensa como ferramenta anticomunista do governo, passando até mesmo a atacar pessoalmente o ex-presidente João Goulart, como é possível analisar na publicação d'O Jornal Batista em 19 de Abril de 1964, citado por Almeida (2014, p. 87):

> Havia muita gente iludida. Evangélicos, inclusive. Batistas, às centenas. Acreditavam, com a fé que informa o coração de novas criaturas, que o Brasil estava perlongando o caminho certo – o caminho da Justiça Social [...] A palavra mágica, a justificar todas as omissões do governo era reformas. Não se fazia nada, porque – através das reformas – se prometia tudo. Reformas, reformas, reformas. Mas chegou o dia primeiro de abril. O famoso 'Dia da Mentira'. E o impossível aconteceu. Ele se transformou no Dia da Verdade.

Posicionamento distinto foi tomado pela Igreja Metodista do Brasil. Após a tomada de poder pelos militares nenhuma manifestação formal foi tomada pelas suas lideranças. Essa postura foi tomada pelo fato da igreja ter adotado o texto bíblico "daí a César o que é de César". Assim, a igreja mantinha um distanciamento da política, Almeida (2014) destaca que não houve nenhuma orientação, nenhuma reflexão teológica dos bispos sobre aquele que seria tema recorrente nos principais meios de comunicação.

Para Reily, (apud ALMEIDA, 2014), existem dois motivos para esse posicionamento de distanciamento entre a igreja Metodista e a política. O primeiro motivo esta relacionado ao envolvimento político/partidário que era visto como sendo coisa "deste mundo", sendo assim a igreja deveria se distanciar, pois a igreja se preocupa com as "coisas do céu". O segundo motivo elencado pela autora esta relacionado ao posicionamento da igreja Metodista frente a Igreja Católica Apostólica Romana. Esta, desde a colonização, sempre conciliou religião com a política, com isso cabia a eles serem diferentes se distanciando da política.

Mesmo que nenhuma manifestação formal tenha ocorrido referente ao golpe, algumas movimentações internas estavam acontecendo e alguns informativos foram publicados no meio metodista. Estes informativos alertavam os fieis sobre o perigo do comunismo para a nação, no geral eram informativos anônimos e de pessoas que não representavam grandes autoridades, no entanto eles nos mostram o pensamento e posicionamento da igreja no período. Eles nos trazem à tona as ideias que iam se disseminando no meio cristão brasileiro.

Embora oficialmente em silêncio, algumas ações nos dão a entender o apoio da igreja ao regime militar. Em 1º de Junho de 1964 o pastor Newton Paulo Beyer da Igreja Metodista Central de Porto Alegre, publicou no Jornal Folha de São Paulo, como nos traz Vasni Almeida, uma nota mostrando oficialmente a neutralidade da igreja Metodista diante do novo governo que se iniciara.

> Infelizmente o país foi sacudido por nova crise, de proporções maiores que as anteriores. Não compete à Igreja esmiuçar os acontecimentos e tomar posições, mas, sim, profeticamente, exercer junto aos homens, o juízo divino sobre a situação em geral, e, sacerdotalmente, interceder, junto a Deus, pela pátria conflagrada. (ALMEIDA, 2014 p. 12).

Uma das ações que nos leva a entender o apoio dado pela igreja ao governo militar é a escolha do texto do livro de Tito para estudo em junho de 1964, no qual incentiva a obediência dos fieis as autoridades:

> Admoesta-os a que sejam submissos aos magistrados e as autoridades, sejam obedientes, estejam prontos para qualquer obra boa, não falem mal dos outros, sejam pacíficos, afáveis e saibam dar provas de toda mansidão para com os homens. (BÍBLIA, 1969).

Como podemos perceber, embora oficialmente a igreja se declarasse neutra diante dos acontecimentos políticos, implicitamente ela incentivava seus fieis a obediência às autoridades militares, não fazendo nenhuma forma de oposição ao governo recém instalado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grandes transformações ocorreram no mundo durante a década de 1960, no auge de uma guerra fria; o mundo praticamente ficou dividido entre comunistas e capitalistas, liderados pela URSS e EUA respectivamente.

No Brasil também ocorreram diversas trans formações neste período. Em nome de um cristianismo conservador, as igrejas cristãs tiveram papel fundamental na tomada de poder pelos militares devida a sua forte influência sobre seus fieis, que neste momento somavam mais de 97% da população brasileira, realizando, assim, uma verdadeira "perseguição ao demônio de Moscou": o comunismo.

Neste período, a classe conservadora, a burguesia e eclesiásticos saíram às ruas pedindo a intervenção militar. Vigílias religiosas, manifestações e publicações em diversos meios de comunicação foram realizadas em apoio ao novo regime.

PERSECUTION OF THE MOSCOW DEMON: THE ROLE OF THE CHRISTIAN CHURCHES` INFLUENCE DURING THE TIME THE MILITARY TOOK POWER FROM 1963 TO

ABSTRACT

This study aims to analyze through literature searches and in newspaper texts, the role of influence of the Christian churches in Brazil in the context of the seizure of power by the military over the years from 1963 to 1967. Much has been studied about the government military, issues such as the economic miracle, the years of lead, repression and torture are widely researched; this work is cast against and going to coup the situation conducted in 1964 and seeks to answer the question: the influence of Christian churches was leading to the popular support for the military and for making power held by them? This research aims to consider the influence of the Christian churches in the Brazilian political scene in the early years of the military regime installed in March 1964. The choice to work throughout the country was due to the small number of Protestants in this period being studied isolated movements in several Brazilian regions.

Key-worlds: Military government. Influence, Christian Churches.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. "Não pensamos em política, nossa revolução será espiritual": Batistas e Ditadura militar na Bahia. **Interações – Cultura e Comunidade**, Belo Horizonte, nº 15 jan./jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/7230>. Acesso em: 31 jul. 2015.

ALMEIDA, V. Metodistas e ditadura militar no Brasil: silêncios, contestação, ensino. **Mnemosine Revista**, Campina Grande, jul/dez 2014. Disponível em:<http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/Revistas/Vol%205%20Num%20Especial%20-%202014.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2015.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil:** 1964 – 1984. Bauru/SP Edusc, 2005. Discurso de João Goulart no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. **Instituto João Goulart**. Disponível em:<http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>. Acesso em: 31 maio 2015.

BÍBLIA. N. T. Tito. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri: SBB, 1969. cap. 3, vers. 1-2, p. 275.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos:** o breve século XX 1914 – 1991. 2 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2012.

JÚNIOR, H. F. **A idade média:** nascimento do Ocidente. 2 ed. São Paulo Brasiliense, 2001.

PAIXÃO JR., V. G. Poder e memória: o autoritarismo na igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura civil-militar pós 1964. **Mnemosine Revista**, Campina Grande, jul/dez 2014. Disponível em:<http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/Revistas/Vol%205%20Num%20Especial%20-%202014.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2015.

NAPOLITANO, M. **1964:** história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

RÉMOND, R. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de janeiro: FGV, 2003.